

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida
Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

LEILÃO ELETRÔNICO

N.º 001/2026/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-1002/2026/SEMAF

OBJETO

Desfazimento de bens móveis integrantes do patrimônio da Prefeitura Municipal de Cabixi/RO

UNIDADE CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF

Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

VALOR INICIAL AVALIAÇÃO DOS BENS

R\$ 81.015,00

(Conforme Laudo de Avaliação Patrimonial constante no Processo Administrativo n.º 1-1002/2026/SEMAF)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 09h30m (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Licitanet - Licitações Online (www.licitanet.com.br)

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/LEILOEIRO

Allison Maicon Bento Preto – Mat. 10847

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior lance por lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

SLCP



SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	3
3.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	3
4.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7.	DA LOCALIZAÇÃO DOS BENS E VISITAÇÃO	7
8.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
9.	DA FASE DE JULGAMENTO	8
10.	DOS RECURSOS	9
11.	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	10
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	11
13.	DA HOMOLOGAÇÃO	12
14.	DA RETIRADA DOS BENS.....	12
15.	DAS RESPONSABILIDADES DO ARREMATANTE	13
16.	DA REABERTURA DOS LOTES E DA INADIMPLÊNCIA.....	13
17.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

N.º 001/2026/PMC

Leilão Eletrônico n.º 001/2026/PMC

Processo Administrativo n.º 1-1002/2026/SEMAF

O **Município de Cabixi**, Estado de Rondônia, através do Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **LEILÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR LANCE POR LOTE**, com modo de disputa **ABERTO**, objetivando a alienação de bens móveis integrantes do patrimônio da Administração Pública Municipal, classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos, recuperáveis, irrecuperáveis e sucatas, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.461, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 166, de 1º de setembro de 2023, do Decreto Municipal nº 230, de 13 de maio de 2026, bem como demais legislações aplicáveis, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Cabixi/RO, classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis e sucatas, incluindo veículos, equipamentos de informática, aparelhos de climatização, mobiliários, materiais diversos e demais bens, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. A licitação será realizada com de julgamento de **MAIOR LANCE POR LOTE** conforme tabela constante no ANEXO II, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**
- 3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE pelo sistema Licitanet - Licitações Online** (www.licitanet.com.br).
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. O presente **LEILÃO ELETRÔNICO** será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante utilização de sistema eletrônico que assegure condições adequadas de segurança, autenticidade, integridade, rastreabilidade, publicidade e transparência de todos os atos praticados durante o certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.461/2023, do Decreto Municipal nº 166/2023 e do Decreto Municipal nº 230/2026.



- 4.2. O procedimento licitatório será realizado por intermédio da plataforma eletrônica LICITANET – Licitações On-line, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, ambiente no qual serão praticados todos os atos relativos ao certame, incluindo credenciamento, registro de propostas iniciais, envio de lances, acompanhamento da sessão pública, manifestações recursais e demais comunicações oficiais.
- 4.3. Poderão participar do presente Leilão Eletrônico as pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipadas e as pessoas jurídicas regularmente constituídas, nacionais, isoladamente consideradas, desde que preencham as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e estejam devidamente cadastradas junto à plataforma LICITANET – Licitações On-line.
- 4.4. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão realizar cadastramento prévio junto à plataforma LICITANET, mediante obtenção de login e senha pessoais, individuais, sigilosos e intransferíveis, responsabilizando-se integralmente pelo uso das credenciais de acesso.
- 4.5. Os interessados deverão providenciar seu cadastro junto à plataforma eletrônica com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data prevista para abertura da sessão pública, não se responsabilizando o Município de Cabixi/RO por eventuais dificuldades operacionais decorrentes de cadastramento realizado fora do prazo recomendado.
- 4.6. Os licitantes poderão participar diretamente ou por intermédio de procurador legalmente constituído, mediante apresentação de procuração pública ou particular com firma reconhecida, contendo poderes específicos para participação no certame, formulação de lances, manifestação recursal e prática dos demais atos inerentes ao leilão eletrônico.
- 4.7. A participação no Leilão Eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do participante e subsequente encaminhamento da proposta inicial e dos lances eletrônicos, observados os prazos, horários e condições estabelecidos neste Edital.
- 4.8. O participante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes, irrevogáveis e verdadeiros os lances ofertados, inclusive aqueles praticados diretamente ou por seu representante, excluindo-se qualquer responsabilidade do Município de Cabixi/RO ou da plataforma LICITANET por danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.9. Todos os custos decorrentes da utilização da plataforma eletrônica, acesso à internet, equipamentos tecnológicos, deslocamentos, vistoria técnica, retirada e transporte dos bens correrão exclusivamente por conta dos participantes, sem qualquer ônus à Administração Pública Municipal.
- 4.10. É de inteira responsabilidade do participante acompanhar permanentemente as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de falhas de conexão, desconexões, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou quaisquer ocorrências técnicas particulares.
- 4.11. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica:
 - I. presunção de capacidade técnica do participante para realização das operações inerentes ao leilão eletrônico;
 - II. responsabilidade pelas transações efetuadas em seu nome;
 - III. dever de acompanhamento contínuo das operações no sistema;
 - IV. aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 4.12. É de responsabilidade do participante conferir a exatidão e manter atualizados seus dados cadastrais junto ao sistema eletrônico, devendo proceder imediatamente à correção de informações incorretas ou desatualizadas, sob pena de desclassificação ou impedimento de participação no certame.



4.13. Não poderão participar deste Leilão:

- I. pessoas físicas ou jurídicas que não atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- II. pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- III. empresas suspensas temporariamente ou declaradas inidôneas;
- IV. servidores públicos municipais diretamente vinculados à condução do certame, incluindo o Leiloeiro Municipal, Equipe de Apoio, comissão de avaliação e demais agentes públicos envolvidos;
- V. pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agentes públicos vinculados ao procedimento licitatório, incluindo cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;
- VII. pessoas físicas ou jurídicas condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos últimos 05 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou contratação irregular de adolescentes;
- VIII. pessoas físicas menores de 18 (dezoito) anos;
- IX. pessoas jurídicas constituídas por sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com o Poder Público;
- X. pessoas físicas ou jurídicas enquadradas nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.14. Os bens classificados como sucata não poderão ser regularizados para circulação, sendo destinados exclusivamente à desmontagem, reciclagem, reaproveitamento de componentes ou destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

4.15. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta pública e obtenção gratuita no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal da Transparência do Município de Cabixi/RO e na plataforma LICITANET – Licitações On-line.

4.16. Eventuais pedidos de esclarecimentos, informações complementares ou dúvidas relacionadas ao presente certame poderão ser encaminhados ao Setor Municipal de Licitações e Contratações Públicas, por meio do endereço eletrônico licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2353, observado o horário de expediente da Administração Pública Municipal.

4.17. A participação no presente leilão eletrônico implica plena ciência, concordância e aceitação integral de todas as disposições constantes neste Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, anexos e demais documentos integrantes do Processo Administrativo, vinculando os participantes às condições nele estabelecidas.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado na plataforma LICITANET – Licitações On-line, a proposta inicial contendo o valor do lance ofertado para o lote de seu interesse, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública do Leilão Eletrônico, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O encaminhamento da proposta inicial pressupõe pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências previstas neste Edital, no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.



- 5.3. No cadastramento da proposta inicial no sistema eletrônico, o licitante declarará, em campo próprio da plataforma, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções legais cabíveis, que:
- I. inexistente fato impeditivo para sua participação no presente certame ou para contratar com a Administração Pública;
 - II. possui pleno conhecimento e aceita integralmente as regras, condições e exigências constantes neste Edital e seus anexos;
 - III. assume inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico, reconhecendo como firmes, irrevogáveis e verdadeiros os lances registrados;
 - IV. a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos eventualmente necessários à aquisição do lote, incluindo despesas com retirada, carregamento, desmontagem, transporte, regularização documental, tributos e demais encargos incidentes;
 - V. possui ciência de que os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontram, sem garantia de funcionamento ou responsabilidade posterior da Administração Pública Municipal.
- 5.4. O valor da proposta inicial deverá observar obrigatoriamente o valor mínimo de avaliação atribuído ao respectivo lote, correspondente ao preço mínimo de arrematação fixado pela Administração Pública Municipal, conforme relação constante no ANEXO II – Relatório de bens disponibilizados para alienação.
- 5.5. Não serão aceitas propostas iniciais com valores inferiores ao valor mínimo estabelecido para o lote, hipótese em que o sistema poderá promover automaticamente a rejeição da proposta ou sua desclassificação pelo Leiloeiro Municipal.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública, permanecendo o licitante vinculado às condições ofertadas durante esse período.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar, substituir ou alterar suas propostas iniciais até a abertura da sessão pública do certame, observados os procedimentos operacionais da plataforma eletrônica.
- 5.8. Após a abertura da sessão pública e início da etapa competitiva, não será admitida desistência, substituição, modificação da proposta ou retirada dos lances ofertados, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo Leiloeiro Municipal, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 5.9. Caberá ao licitante acompanhar permanentemente as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do leilão, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema, falhas de conexão, desconexões ou quaisquer ocorrências técnicas particulares.
- 5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo, a integridade ou a segurança de suas credenciais de acesso, para adoção das medidas necessárias ao bloqueio ou regularização do cadastro.
- 5.11. O Município de Cabixi/RO e a plataforma LICITANET não se responsabilizam por propostas não recebidas em razão de falhas técnicas, congestionamentos de rede, problemas de conexão, indisponibilidade de internet ou quaisquer fatores de ordem técnica atribuíveis exclusivamente ao participante.
- 5.12. A apresentação da proposta inicial vincula o participante às disposições deste Edital e implica reconhecimento de que realizou análise prévia das condições dos lotes, assumindo integral responsabilidade pela futura arrematação, caso declarado vencedor.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. A proposta de preços deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET – Licitações On-line, em campo próprio do sistema, observadas as disposições deste Edital.
 - 6.1.1. O valor ofertado deverá observar o valor mínimo de avaliação atribuído ao respectivo lote, correspondente ao preço mínimo de arrematação fixado pela Administração Pública Municipal, conforme relação constante no ANEXO II – Relatório de bens disponibilizados para alienação.
- 6.2. Após a abertura da sessão pública e início da etapa competitiva, não serão admitidas desistências, alterações, substituições da proposta ou retirada dos lances ofertados, salvo hipótese excepcional devidamente justificada e aceita pelo Leiloeiro Municipal.
- 6.3. Ocorrendo divergência entre o valor numérico e o valor por extenso eventualmente informado pelo licitante, prevalecerá o valor por extenso.

7. DA LOCALIZAÇÃO DOS BENS E VISITAÇÃO

- 7.1. Os bens objeto deste Leilão Eletrônico encontram-se disponíveis para visita no Município de Cabixi/RO, em locais indicados no ANEXO II – Relatório de bens disponibilizados para alienação.
- 7.2. A visita dos bens poderá ser realizada no período de 22 de maio de 2026 a 12 de junho de 2026, em dias úteis, no horário das 07h30 às 13h00.
- 7.3. Para realização da visita, o interessado deverá dirigir-se previamente ao Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Cabixi/RO, a fim de solicitar acompanhamento de servidor designado para esse fim.
- 7.4. A visita será acompanhada por servidor designado pela Administração Pública Municipal, sendo de responsabilidade do interessado observar as orientações fornecidas no local.
- 7.5. Não haverá visita ou exposição dos bens no dia da realização do leilão.
- 7.6. Cabe exclusivamente aos interessados vistoriar, examinar e verificar as condições físicas, mecânicas, elétricas, estruturais, características, especificações, estado de conservação e eventual necessidade de regularização dos bens, não cabendo reclamações posteriores à arrematação.
- 7.7. Os bens serão alienados no estado em que se encontram, sem garantia de funcionamento, reposição de peças ou assistência técnica, constituindo ônus exclusivo do arrematante eventual recuperação, manutenção, desmontagem, retirada, transporte e regularização documental.
- 7.8. A não realização de vistoria prévia não poderá ser invocada posteriormente como fundamento para desistência da arrematação, pedido de abatimento de valor ou alegação de desconhecimento das condições dos bens.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública eletrônica, na data, horário e plataforma indicados neste Edital, sendo conduzida pelo Agente de Contratação designado como Leiloeiro Municipal, com auxílio da Equipe de Apoio formalmente designada pela Administração Pública Municipal.
- 8.2. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Leiloeiro Municipal e os participantes, constituindo meio oficial de comunicação durante a sessão pública.
- 8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento, horário de registro e valor consignado no sistema.



- 8.4. Os bens serão arrematados pelo participante que ofertar o **MAIOR LANCE** válido para o respectivo lote, desde que igual ou superior ao valor mínimo de avaliação estabelecido pela Administração Pública Municipal.
- 8.5. Os lances serão públicos, sucessivos, crescentes e formulados pelo valor do lote, observando-se o modo de disputa **ABERTO** e o incremento **mínimo de R\$ 1,00 (um real) entre os lances**.
- 8.6. O licitante somente poderá ofertar lance superior ao último por ele registrado no sistema eletrônico, não sendo admitidos lances de mesmo valor, hipótese em que prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro pelo sistema.
- 8.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do respectivo ofertante.
- 8.8. O lance ofertado será considerado irrevogável, irretratável e de inteira responsabilidade do participante, não podendo ser cancelado ou alterado após seu registro no sistema eletrônico.
- 8.9. Caso o licitante não apresente novos lances durante a etapa competitiva, permanecerá válido o valor de sua proposta inicial registrada no sistema eletrônico.
- 8.10. Em caso de desconexão do Leiloeiro Municipal durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos participantes para recepção normal dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.11. Persistindo a desconexão do sistema por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação oficial aos participantes, por meio do sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.12. Os riscos decorrentes de falhas de conexão, instabilidade de internet, quedas do sistema do participante ou quaisquer problemas técnicos particulares serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não cabendo reclamações posteriores.
- 8.13. Encerrada a etapa de lances, será declarado vencedor o licitante que apresentar o maior lance válido para o lote.
- 8.14. A arrematação será considerada perfeita, acabada, irretratável e irrevogável após a declaração do vencedor pelo Leiloeiro Municipal, obrigando o arrematante ao integral cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.
- 8.15. A desistência do lance vencedor ou o descumprimento das obrigações assumidas sujeitará o arrematante às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive perda do direito sobre o lote e convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 8.16. Da sessão pública será gerada ata circunstanciada contendo registro dos participantes, propostas, lances ofertados, identificação do Leiloeiro Municipal, equipe de apoio e demais ocorrências relevantes verificadas durante o certame.
- 8.17. Ao participar do certame e formular lance, o arrematante declara ter pleno conhecimento das condições dos bens, aceitando recebê-los no estado em que se encontram, não podendo alegar posteriormente desconhecimento quanto às características, estado de conservação ou condições físicas dos lotes arrematados.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1. Encerrada a etapa competitiva do Leilão Eletrônico, o Leiloeiro Municipal procederá à classificação dos lances e análise da aceitabilidade da proposta provisoriamente vencedora, observando as disposições deste Edital e da legislação aplicável.



- 9.2. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MAIOR LANCE POR LOTE, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar a maior oferta válida, em moeda corrente nacional, desde que igual ou superior ao valor mínimo de avaliação fixado pela Administração Pública Municipal.
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas ou lances que:
- I. apresentarem valor inferior ao valor mínimo estabelecido para o lote;
 - II. estiverem em desacordo com as disposições deste Edital e seus anexos;
 - III. condicionarem sua oferta a quaisquer vantagens, condições ou propostas não previstas neste instrumento convocatório;
 - IV. contiverem rasuras, emendas, inconsistências ou vícios que comprometam sua validade;
 - V. se refiram a lote diverso daquele efetivamente disputado;
 - VI. forem consideradas inexequíveis, incompatíveis ou manifestamente irregulares;
 - VII. forem apresentadas por participantes impedidos de participar do certame.
- 9.4. Havendo divergência entre valores numéricos e valores por extenso eventualmente informados pelo participante, prevalecerá o valor por extenso.
- 9.5. A decisão do Leiloeiro Municipal que desclassificar proposta ou lance será devidamente motivada e registrada na ata da sessão pública.
- 9.6. Irregularidades meramente formais que não comprometam o conteúdo, validade ou autenticidade da proposta não constituirão motivo para desclassificação.
- 9.7. Encerrado o julgamento, será declarado vencedor o licitante que houver apresentado o maior lance válido para o respectivo lote.
- 9.8. Da sessão pública será gerada ata circunstanciada contendo o registro dos participantes, propostas, lances ofertados, classificação final, decisões proferidas, manifestações apresentadas e demais ocorrências relevantes verificadas durante o certame.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
 - 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site oficial do Município (www.cabixi.ro.gov.br).

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento dos bens arrematados deverá ser realizado pelos respectivos arrematantes, em parcela única e à vista, mediante depósito bancário ou transferência eletrônica obrigatoriamente identificada em nome do arrematante, em conta de titularidade do Município de Cabixi/RO.
- 11.2. Encerrada a fase recursal e declarada definitiva a arrematação do lote, será concedido ao arrematante **o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para realização e comprovação do pagamento** integral do valor correspondente ao lance vencedor, mediante depósito bancário ou transferência eletrônica em favor do Município de Cabixi/RO, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 11.3. O pagamento deverá ser efetuado em favor da Prefeitura Municipal de Cabixi/RO, na seguinte conta bancária:
- Banco:** BANCO DO BRASIL
- Agência:** 3998-5
- Conta Corrente:** 2001-X
- Titular:** Prefeitura Municipal de Cabixi
- CNPJ:** 22.855.159/0001-20
- 11.4. Os dados bancários poderão ser confirmados ou atualizados pela Administração Pública Municipal, prevalecendo, em caso de divergência, aqueles oficialmente informados pelo Município.
- 11.5. A comprovação do pagamento deverá ser encaminhada ao Leiloeiro Municipal, constituindo condição indispensável para liberação e retirada do lote arrematado.
- 11.6. O não pagamento no prazo estabelecido implicará automaticamente:
- I. perda do direito à arrematação do lote;
 - II. desclassificação do arrematante;
 - III. convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação;
 - IV. aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável.
- 11.7. Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes, estes deverão manifestar interesse e efetuar o pagamento nas mesmas condições estabelecidas ao primeiro colocado.



- 11.8. Não será admitido parcelamento, compensação de valores, retenção parcial ou pagamento em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 11.9. Em nenhuma hipótese haverá devolução de valores pagos, salvo nos casos expressamente previstos na legislação aplicável ou por decisão administrativa devidamente fundamentada.
- 11.10. A retirada dos bens somente será autorizada após a confirmação do pagamento integral pela Administração Pública Municipal.
- 11.11. Todos os encargos, tributos, taxas, despesas com transferência, regularização documental, transporte, carregamento, remoção e quaisquer outros custos decorrentes da arrematação correrão.
- 11.12. Os valores arrecadados serão recolhidos aos cofres públicos municipais, em observância às normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial vigentes.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou arrematante que, com dolo ou culpa:
 - I. deixar de apresentar documentação exigida para participação no certame;
 - II. não mantiver sua proposta ou lance ofertado, sem justificativa devidamente aceita pelo Leiloeiro Municipal;
 - III. deixar de efetuar o pagamento do valor da arrematação no prazo estabelecido;
 - IV. recusar-se injustificadamente a formalizar a arrematação ou cumprir as condições estabelecidas neste Edital;
 - V. apresentar documentação ou declaração falsa;
 - VI. fraudar o leilão ou praticar atos destinados a frustrar seus objetivos;
 - VII. comportar-se de modo inidôneo, praticar conluio, fraude ou qualquer ato ilícito durante o certame;
 - VIII. agir em desconformidade com as disposições legais e editalícias aplicáveis ao procedimento.
- 12.2. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis, a Administração Pública Municipal poderá aplicar aos licitantes e arrematantes as seguintes sanções administrativas:
 - I. advertência;
 - II. multa;
 - III. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 12.3. Na aplicação das penalidades serão considerados:
 - I. a natureza e gravidade da infração;
 - II. os danos causados à Administração Pública;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os antecedentes do infrator;
 - V. a proporcionalidade e razoabilidade da sanção aplicada.
- 12.4. Poderá ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do lote arrematado, conforme a gravidade da infração praticada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



- 12.5. O não pagamento do valor da arrematação no prazo estabelecido implicará automaticamente:
- I. perda do direito sobre o lote arrematado;
 - II. desclassificação do arrematante;
 - III. convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação;
 - IV. aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos termos da legislação vigente.
- 12.7. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada nos casos de fraude, má-fé, apresentação de documentação falsa ou prática de atos ilícitos de maior gravidade.
- 12.8. A aplicação das sanções administrativas observará regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.9. Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação da decisão administrativa.
- 12.10. O recurso administrativo terá efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.
- 12.11. A aplicação das penalidades previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública Municipal.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Encerradas as fases recursais e devidamente comprovado o pagamento integral do valor correspondente ao lote arrematado, o procedimento será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do Leilão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

14. DA RETIRADA DOS BENS

- 14.1. Os bens arrematados deverão ser retirados pelo arrematante no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da confirmação do pagamento integral pela Administração Pública Municipal.
- 14.2. A retirada dos bens ocorrerá no local indicado para visita, em dias úteis e em horário previamente estabelecido pela Administração Pública Municipal.
- 14.3. Para retirada dos bens, o arrematante deverá apresentar:
- I. comprovante de pagamento integral do valor da arrematação;
 - II. documento oficial de identificação com foto;
 - III. procuração com firma reconhecida, acompanhada de documento oficial do procurador, quando a retirada for realizada por representante devidamente autorizado.
- 14.4. A retirada, carregamento, desmontagem, transporte, regularização documental e quaisquer demais procedimentos necessários correrão integralmente por conta e risco do arrematante, incluindo despesas com mão de obra, equipamentos, veículos, guinchos, combustíveis, tributos, taxas e demais encargos incidentes.
- 14.5. Os bens serão entregues no estado em que se encontram, sem garantia de funcionamento, conservação, reposição de peças ou assistência técnica, não sendo admitidas reclamações posteriores quanto às suas características, condições físicas, mecânicas, elétricas, estruturais ou operacionais.
- 14.6. O arrematante declara, ao participar do certame, ter pleno conhecimento das condições dos bens, assumindo integral responsabilidade por sua retirada e destinação final.



- 14.7. O não comparecimento para retirada dos bens no prazo estabelecido poderá implicar:
- I. aplicação das sanções previstas neste Edital;
 - II. perda do direito sobre o bem arrematado;
 - III. perda dos valores eventualmente pagos;
 - IV. declaração de abandono do lote;
 - V. autorização para que a Administração Pública Municipal dê ao bem a destinação que entender conveniente, sem direito a qualquer indenização ou restituição ao arrematante.
- 14.8. Após a efetiva retirada dos bens, cessará toda e qualquer responsabilidade do Município de Cabixi/RO sobre os lotes arrematados, inclusive quanto à guarda, conservação, funcionamento, transporte, regularização ou utilização futura dos bens.

15. DAS RESPONSABILIDADES DO ARREMATANTE

- 15.1. Constituem obrigações do arrematante:
- I. efetuar o pagamento integral do valor da arrematação no prazo estabelecido neste Edital;
 - II. retirar o bem arrematado dentro do prazo estipulado pela Administração Pública Municipal;
 - III. providenciar, às suas expensas, o carregamento, remoção, desmontagem, transporte e destinação do bem;
 - IV. promover a regularização documental junto aos órgãos competentes, quando aplicável;
 - V. arcar integralmente com tributos, taxas, encargos, emolumentos, despesas cartoriais, débitos de transferência e quaisquer outros custos incidentes sobre o bem arrematado;
 - VI. cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 15.2. O Município de Cabixi/RO não se responsabiliza:
- I. pelo funcionamento dos bens arrematados;
 - II. pelo estado de conservação mecânica, elétrica, eletrônica, estrutural ou operacional dos bens;
 - III. por vícios aparentes ou ocultos;
 - IV. por eventuais defeitos, avarias ou ausência de peças e componentes;
 - V. por débitos, restrições, regularizações, baixas, transferências ou exigências eventualmente impostas por órgãos de trânsito, fiscalização ou controle, salvo disposição expressa em contrário.
- 15.3. A participação no presente leilão implica plena ciência e aceitação das condições físicas, operacionais e documentais dos bens, assumindo o arrematante integral responsabilidade pelos riscos decorrentes da aquisição.
- 15.4. Os bens serão alienados no estado em que se encontram, não cabendo ao arrematante alegar desconhecimento quanto às condições, características ou estado de conservação dos lotes após a arrematação.

16. DA REABERTURA DOS LOTES E DA INADIMPLÊNCIA

- 16.1. Na hipótese de existência de lotes não arrematados, arrematações canceladas ou inadimplência por parte do arrematante vencedor, a Administração Pública Municipal poderá promover a reabertura dos respectivos lotes para nova sessão pública de leilão eletrônico.



- 16.2. As reaberturas poderão ocorrer por até 02 (duas) vezes, a critério da Administração Pública Municipal, observando-se intervalo mínimo de 02 (dois) dias úteis entre o encerramento da sessão anterior e a realização da nova disputa.
- 16.3. Na hipótese de reabertura, a Administração poderá autorizar a redução do valor mínimo de avaliação do lote em até 50% (cinquenta por cento), mediante justificativa da Comissão de Leilão e observância do interesse público.
- 16.4. Persistindo a inadimplência após a reabertura do lote, a Administração Pública Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação dos lances válidos apresentados no certame originário ou nas sessões subsequentes de reabertura, excetuado o arrematante inadimplente.
- 16.5. O não pagamento do valor da arrematação dentro do prazo estabelecido autorizará o cancelamento da arrematação e o retorno do lote à nova disputa, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 16.6. Os licitantes inadimplentes ficarão sujeitos às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive impedimento de participação em futuras licitações e leilões promovidos pela Administração Pública Municipal.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Leiloeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sistema de licitações oficial do Município Licitanet - Licitações Online (www.licitanet.com.br) e no Portal da Transparência do Município (www.transparencia.cabixi.ro.gov.br).

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 17.11. Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h às 13h (horário local), pelo telefone (69) 3345-2353, ou pelo e-mail: licitacoes@cabixi.ro.gov.br.
- 17.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 17.12.2. ANEXO II – Relatório de bens disponibilizados para alienação;
 - 17.12.3. ANEXO III – Relatório Fotográfico dos Bens;
 - 17.12.4. ANEXO IV – Termo de Arrematação.

Cabixi – RO, 18 de maio de 2026.

(Documento assinado eletronicamente)

Rosilene Rodrigues O. de Araújo

Diretora do Departamento Municipal

de Contratações Públicas

Dec. n.º 086/2025